

# Estado da Alimentação Escolar na América Latina e Caribe

## 2022



# Prólogo

Os programas de refeições escolares, juntamente com outras iniciativas de proteção social, fornecem acesso a uma melhor alimentação para as crianças em idade escolar, apoiam o bem-estar das crianças a longo prazo e as ajudam a aprender e prosperar. Os programas desempenham um papel fundamental para motivar as crianças a irem à escola. Uma vez na sala de aula, as refeições escolares garantem que as crianças estejam bem alimentadas e preparadas para aprender.

No entanto, a pandemia de COVID-19 interrompeu a educação de 165 milhões de estudantes na América Latina e Caribe (ALC). O fechamento

prolongado das escolas afetou o capital humano da região de forma muito significativa, privando as crianças das refeições escolares e das intervenções de saúde e nutrição. Além disso, alterou o aprendizado e o desempenho acadêmico, levando a uma crise educacional que agora continua em um contexto de desafios agravados na região, incluindo os efeitos econômicos e sociais de longo prazo da pandemia.

Agora que as escolas reabriram em toda a região, são necessárias abordagens integradas de apoio à saúde, nutrição e bem-estar das crianças para salvaguardar seu desenvolvimento e reintegrar sua participação no sistema educacional.



Leva apenas algumas horas para as crianças começarem a sentir fome. Os professores sabem como é a fome na sala de aula: inquietação, diminuição da atenção, rugido do estômago... tanto ensinar quanto aprender se torna mais difícil. Para as crianças que chegam à escola com fome, é ainda mais difícil se concentrar e aprender.

Esta publicação, "Estado da Alimentação Escolar na ALC", examina a situação atual das refeições escolares na região. Avalia, pela primeira vez, o impacto que a COVID-19 e a crise de múltiplos níveis tiveram nos escolares e nos programas de alimentação e nutrição nas escolas da região. Os programas nacionais de refeições escolares da ALC são os que mais progrediram globalmente

(sem deixar de reconhecer os avanços de alguns países em outros lugares), portanto, o conhecimento adquirido na ALC tem implicações para os programas em todo o mundo. O relatório destaca o que foi feito para superar os desafios sem precedentes na região e, mais importante, identifica os princípios-chave que sustentam o sucesso dos programas de refeições escolares à medida que os governos reforçam seus sistemas educacionais para o futuro.

O relatório também mostra as conquistas dos governos e o trabalho das associações, incluindo a Coalizão para a Alimentação Escolar, para superar os efeitos negativos da pandemia e garantir que as crianças em toda a região desenvolvam seu pleno potencial. O Programa Mundial de Alimentos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento estão totalmente comprometidos a apoiar esses esforços decisivos. Juntos, conseguiremos proporcionar a todas as crianças a oportunidade de desfrutar de uma refeição escolar nutritiva e aprender, crescer e prosperar.



**Lola Castro**

Diretora Regional para América Latina e Caribe  
Programa Mundial de Alimentos



**Mercedes Mateo-Berganza**

Chefe da Divisão de Educação  
Banco Interamericano de Desenvolvimento



# Resumo executivo

## Introdução

Esta publicação conjunta do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa Mundial de Alimentos (WFP) é o primeiro relatório regional sobre a situação das refeições escolares na América Latina e Caribe. O seu lançamento ocorre num momento crucial para a região.

A pandemia de COVID-19 interrompeu a educação de 165 milhões de estudantes na América Latina e Caribe (ALC). Muitos países da região adaptaram e ampliaram com sucesso os seus programas nacionais de refeições escolares durante a pandemia – utilizando-os para alcançar mais pessoas vulneráveis – provando mais uma vez a importância destes programas como parte dos sistemas nacionais de educação e de proteção social. Porém, os efeitos de longo prazo da pandemia da COVID-19, especialmente o fechamento prolongado das escolas, ainda prejudicaram vários aspectos do bem-estar das crianças (Abizanda et al., 2022; Schady et al., 2023). Acima de tudo, os fechamentos interferiram na aprendizagem e desempenho acadêmico, provocando uma crise educativa que agora se prolonga num contexto de crises agravadas na região. Os preços dos alimentos e dos insumos de produção agrícola estão aumentando, tal como a insegurança alimentar, e os indicadores nutricionais estão em declínio em toda a região (CEPAL, FAO e WFP, 2022). Continuam a existir desafios estruturais de longa data: mudanças climáticas, com secas e incêndios florestais mais intensos e furacões mais frequentes e violentos; tendências crescentes de excesso de peso e obesidade, juntamente com as comorbidades associadas; e movimentos migratórios complicados e em grande escala, que ameaçam o bem-estar das crianças, o seu acesso à escola e a sua capacidade de prosperar.

Esses desafios combinados criam as condições para que milhões de crianças na região corram o risco de abandonar a escola. Esta publicação apresenta dados que indicam que 12 milhões de crianças, adolescentes e jovens em idade de ensino primário, secundário e superior já não frequentam a escola na ALC. Estima-se que o percurso escolar de mais de 118 milhões de meninos e meninas entre os 4 e 17 anos esteja em risco (BID, 2023). Seu acesso a uma educação de qualidade é incerto, o que constitui uma ameaça significativa ao seu progresso acadêmico e às suas oportunidades futuras.

**Neste contexto, os programas de refeições escolares – especialmente aqueles fornecidos juntamente a investimentos em saúde e nutrição – destacam-se como uma ferramenta fundamental para melhorar o bem-estar geral das crianças em idade escolar e para promover a educação e o desenvolvimento sustentável na região.** Para além de contribuir para a nutrição diária dos alunos, as refeições escolares podem colaborar para reduzir as desigualdades sociais e económicas, promovendo o acesso equitativo a uma educação de qualidade e a uma nutrição adequada. No entanto, a implementação dos programas de refeições escolares na região enfrenta desafios significativos devido a problemas de gestão, financiamento e coordenação.

Esta publicação tem como objetivo utilizar as melhores fontes de dados disponíveis para descrever o estado das refeições escolares na região, a escala e a cobertura dos programas, seus componentes programáticos essenciais e seu impacto nas crianças em idade escolar e nas suas comunidades. Baseia-se na série de publicações do WFP sobre o Estado da Alimentação Escolar no Mundo de 2013, 2020 e 2022 na metodologia e abordagem, bem como nas últimas evidências publicadas disponíveis sobre refeições escolares na região. Esta publicação complementa o relatório global, o Estado da Alimentação Escolar 2022, focando especificamente nas necessidades, cultura e contexto da ALC. A mesma reporta

os resultados específicos do questionário para a América Latina e Caribe e os analisa sob o contexto regional, apresentando cinco capítulos sobre o estado das refeições escolares na ALC em áreas-chave. A publicação tem como objetivo informar a tomada de decisões e a implementação de políticas públicas eficazes para promover o bem-estar e o desenvolvimento das gerações futuras na América Latina e Caribe.

## Principais conclusões



**Os programas de refeições escolares na ALC prosseguiram durante a pandemia de COVID-19, adaptando-se ao fechamento das escolas e às novas medidas de segurança, passando principalmente a distribuir cestas de alimentos para levar para casa. Atualmente, os programas de refeições escolares estão de volta às escolas de toda a região.**

Esta publicação conclui que 80,3 milhões de crianças receberam refeições escolares, como café da manhã, lanches ou almoço, em toda a América Latina e Caribe em 2022. A maioria destas crianças vive na América do Sul (63,2 milhões), seguida da América Central (13,3 milhões) e do Caribe (3,8 milhões).

### Mapa 1.1

Crianças que recebem refeições escolares na América Latina e Caribe



Fonte: Elaboração própria com utilização de fontes públicas, oficiais e acessíveis a Pesquisa Global sobre Programas de Alimentação Escolar (Global Survey of School Meal Programs), 2019 e 2021, do Fundação Global para a Nutrição Infantil (Global Child Nutrition Foundation), BID, UNESCO, Banco Mundial, e WFP.



## **O compromisso político e os investimentos nos programas nacionais de refeições escolares continuam a ser elevados, apesar da crise.**

A maioria dos países da ALC estabeleceu quadros jurídicos e políticos. Pelo menos 19 países da região têm uma política ou lei específica sobre refeições escolares ou nutrição escolar (Cruz 2020; WFP 2017c). Os programas de refeições escolares estão, em menor medida, enquadrados em políticas multissetoriais que incluem os setores da proteção social, da saúde e da agricultura.

A maioria das leis e políticas desenvolvidas na última década se mostraram mais sensíveis à nutrição escolar e aos sistemas alimentares locais (FAO et al., 2023), mas os países ainda precisam reforçar os quadros regulamentares e a implementação da compra de alimentos locais. Os países da ALC têm estado na vanguarda da adoção de políticas de aquisição de alimentos a pequenos agricultores locais. O Brasil tem sido pioneiro nessa área, conectando os agricultores familiares aos programas de refeições escolares e atribuindo um mínimo de 30% dos orçamentos de aquisição de alimentos à compra direta dos pequenos agricultores. Outros países da região, como Guatemala, Equador e Haiti, também estão ampliando as compras locais de pequenos agricultores e reforçando as conexões entre as escolas e os sistemas alimentares locais. A informação disponível sugere que as compras locais beneficiam as crianças em idade escolar, os agricultores e as comunidades em geral. No entanto, a falta de evidências sobre os efeitos das compras locais na alimentação das crianças, no desenvolvimento socioeconômico dos agricultores, nas mulheres e Populações Indígenas produtoras limita a nossa capacidade de quantificar esses benefícios. Quase todos os países precisam aumentar a escala para atingir o pleno potencial da compra local.

Os orçamentos nacionais são a principal fonte de financiamento em todos os países de renda média. O investimento regional em refeições escolares em 2022 foi entre USD 3,6 (relatado) e 7,6 bilhões (estimado). Com base em dados de 21 países, os orçamentos nacionais representam 99% dos fundos para os programas de refeições escolares na maioria dos países. Os orçamentos nacionais foram a principal fonte de financiamento para os países de todos os níveis de renda, exceto nos países de renda média-baixa, onde 4% do orçamento provém de outros doadores nacionais e do setor privado e 6% provém de doadores internacionais. Não estão disponíveis dados comparáveis para os países de baixa renda.

Os governos da região continuam a basear-se numa longa história de cooperação regional e internacional. A cooperação Sul-Sul e Trilateral e as redes regionais, como a RedRAES e outras iniciativas, continuam a alimentar os intercâmbios na região. Dezesete países aderiram à Coalizão para a Alimentação Escolar em menos de dois anos, demonstrando vontade política de assegurar o progresso dos planos e compromissos nacionais.



## **No entanto, subsistem desigualdades entre os países com mais e menos recursos, e no interior dos países em termos de alcance, relevância e qualidade dos programas.**

Na região, a maioria dos programas nacionais de refeições escolares são concebidos para serem universais (WFP, 2017c), mas, na prática, não atingem a cobertura total. Para esta publicação, a cobertura foi calculada para vinte países, dividindo o número de crianças que recebem refeições escolares nas escolas primárias pelo número de crianças matriculadas nas escolas primárias, de acordo com o Instituto de Estatística da UNESCO (2021). Oito dos vinte países (40%) da região têm uma cobertura de 100%, em comparação com quatro (20%) com uma cobertura entre 70% e 99%, quatro (20%) com uma cobertura entre 50% e 69% e quatro (20%) com uma cobertura inferior a 50%. O Brasil, o maior programa da região, tem uma cobertura de 100%.

A cobertura também deve ser entendida em relação às restrições financeiras, que podem exigir compromissos que afetam a qualidade do programa. Por exemplo, alguns programas chegam a mais escolas, mas com uma cesta alimentar menos nutritiva. Alguns programas chegam a todas as escolas, mas fornecem refeições por menos dias do que se espera que as crianças frequentem a escola. Apesar de a maioria dos programas na região ter objetivos que visam melhorar a saúde e a nutrição, apenas quatro relatam fornecer um pacote totalmente integrado de pelo menos seis intervenções de saúde ou nutrição em conjunto com as refeições escolares. Especialmente em tempos de aumento dos preços dos alimentos e do custo de vida (CEPAL, FAO e WFP, 2022), a cobertura universal de uma programação de qualidade é fundamental para proteger e promover o desenvolvimento físico, emocional e social, a saúde e o bem-estar das crianças em idade escolar.

Esta publicação conclui que, nos países de baixa renda, o custo das refeições escolares é tão baixo quanto USD10 por ano e por criança, enquanto nos países de alta renda, o custo anual por criança está estimado em USD293. A qualidade do programa depende muito do financiamento e varia, por exemplo, na quantidade, qualidade e diversidade dos alimentos fornecidos ou se os componentes de saúde e nutrição estão integrados nas refeições escolares.

É também necessário um investimento adequado nos sistemas alimentares locais, em toda a sua diversidade. Poucos programas de refeições escolares na região visam ativamente apoiar os sistemas alimentares das Populações Indígenas, incluindo práticas culturais, tradições culinárias e preservação do conhecimento Indígena na programação, comprando alimentos de agricultores Indígenas e assegurando a liderança das autoridades Indígenas e a participação das comunidades. Programas selecionados estão inovando no sentido de aproveitar as vantagens de uma abordagem intercultural, como o programa colombiano de refeições escolares para as Populações Indígenas, que envolve as autoridades Indígenas e tradicionais na tomada de decisões e promove a produção e a compra locais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil implementou diretrizes para responder às vulnerabilidades socioeconômicas e às especificidades culturais das Populações Indígenas, tendo um efeito positivo nas economias locais e reduzindo os custos ambientais. No entanto, a maioria dos programas na região ainda não reflete as diversas necessidades e aspirações das comunidades Indígenas e do interculturalismo.



**O desafio agora é que os governos cheguem às crianças mais vulneráveis com programas integrados e de qualidade que sejam resistentes aos choques e que ajudem as crianças a se recuperarem da pandemia.**

Uma programação integrada e de qualidade é uma necessidade urgente. A prevalência e a coexistência da subnutrição, do excesso de peso e obesidade, das deficiências de micronutrientes e da insegurança alimentar na região requerem um investimento adequado, provas e aprendizagem de programas sobre o que funciona para apoiar uma nutrição saudável para as crianças em idade escolar. Um estudo realizado em 2019 no Peru revelou que o café da manhã fornecido através do Programa de Refeições Escolares Qali Warma teve efeitos positivos e significativos a curto prazo no desempenho dos testes cognitivos entre as crianças que não tomavam café da manhã em casa, especialmente nas zonas pertencentes aos quintis econômicos mais baixos (MIDIS, 2019). As atividades multissetoriais nas escolas, particularmente as intervenções de saúde e nutrição, ajudam a aprofundar o âmbito e o impacto das refeições escolares (Bundy et al, 2018). As compras locais são outra forma de beneficiar a nutrição das crianças, fornecendo-lhes alimentos frescos e nutritivos, diversificando as dietas e melhorando os ambientes alimentares locais. Proporcionar educação nutricional e outras intervenções relacionadas com o programa, como as hortas escolares, pode contribuir para que as crianças desenvolvam relações saudáveis com os alimentos.

Os investimentos feitos em refeições escolares resultam em retornos para a economia e para o capital humano na região. Recentemente, a FAO e a Universidade das Índias Ocidentais efetuaram uma análise custo-benefício dos programas de refeições escolares em três países do Caribe, que revelou um retorno de USD 1,50 por cada dólar gasto (2021). Os programas intersetoriais bem concebidos que compram localmente podem atingir um retorno de até USD 9,00 (WFP, 2022; Verguet et al, 2020).

Para que as refeições escolares realizem o seu potencial, os países terão de reforçar os quadros institucionais e regulamentares, abordar a diferença de gênero, mobilizar recursos e garantir abordagens multissetoriais, no mínimo. Os programas podem ser melhorados através da mudança para sistemas de gestão mais ágeis e responsáveis, do monitoramento e da avaliação para melhorar a qualidade dos programas e da inovação e digitalização.

Os programas de refeições escolares na região demonstraram resiliência e adaptabilidade durante situações de crise, bem como durante a pandemia da COVID-19. No entanto, para além da pandemia, as refeições escolares tem sido utilizadas com parcimônia para prestar apoio durante diferentes tipos de choques, tais como catástrofes naturais, aumentos dos preços dos alimentos, choques inflacionários e grandes fluxos migratórios. Nicarágua, Honduras, São Vicente e Granadinas e Haiti são exemplos de países que utilizaram programas de refeições escolares para prestar assistência adicional às crianças em idade escolar – e, por vezes, às suas comunidades. No entanto, os programas de refeições escolares precisam investir na sua preparação para responder a crises, porque são uma das principais plataformas de proteção social com grande capacidade para apoiar as populações vulneráveis na região. Da mesma forma, precisam investir na sua própria resiliência institucional para garantir a continuidade de programas de refeições escolares de qualidade para proteger e promover o desenvolvimento físico, emocional e social, a saúde e o bem-estar dos alunos e da comunidade escolar.



## Caminhos a seguir

A publicação apresenta o caminho a seguir de acordo com os capítulos que fornecem as provas que sustentam estas recomendações. Em primeiro lugar, analisamos os programas de refeições escolares na ALC, a sua escala, cobertura e elementos-chave para traçar o caminho a seguir. Em seguida, analisamos as parcerias na ALC e definimos as oportunidades disponíveis para a região. Em terceiro lugar, consideramos como promover a integração dos programas de refeições escolares para acelerar o desenvolvimento nutricional, humano, social e econômico na ALC. Em quarto lugar, recomendamos uma melhor conexão entre os sistemas alimentares locais e as escolas. Em quinto lugar, com base nas nossas conclusões sobre refeições escolares em tempos de crise, descrevemos como os programas podem ser mais resistentes a choques e apoiar os seus alunos e comunidades quando crises surgirem. Por último, no nosso relatório especial, traçamos o caminho a seguir para abordagens interculturais das refeições escolares.

### Capítulo 1 Programas de refeições escolares na ALC em 2022: escala, cobertura e elementos-chave

As desigualdades entre países com mais e menos recursos são severas, com o custo anual das refeições escolares por criança chegando a ser tão baixo quanto USD 10 nos países de baixa renda da região, enquanto nos países de alta renda da região o custo anual por criança está estimado em USD 293. A cobertura varia entre 30% e 100% nos países da região.

- É necessário um investimento contínuo e crescente nos programas de refeições escolares para manter as crianças na escola durante este período precário, pós-pandemia, uma vez que as perdas de aprendizagem continuam a ameaçar a retenção num futuro próximo.
- A cobertura total de uma programação de qualidade é fundamental para proteger e promover o desenvolvimento físico, emocional e social, a saúde e o bem-estar das crianças em idade escolar, que não podem ser prejudicados pelo aumento dos preços num contexto de necessidades crescentes.
- São necessárias abordagens integradas para a saúde e a nutrição nas escolas e quase todos os países da região podem melhorar o pacote integrado de intervenções que oferecem para satisfazer as necessidades dos alunos.

Os governos da região podem basear-se numa longa história de cooperação regional e internacional. Podem tirar vantagem da expansão da Coalizão para a Alimentação Escolar e das suas ferramentas e iniciativas, para além das redes, projetos e relações regionais de longa data, para acelerar o progresso no sentido de programas de refeições escolares maiores, melhores e mais fortes.

- São necessários intercâmbios e projetos contínuos na região, bem com noutras regiões e países, através da Cooperação Sul-Sul e Trilateral, para melhorar e inovar continuamente os programas.
- O reforço das redes regionais pode ajudar com o intercâmbio de informações, inovações e evidências para aumentar a cobertura, melhorar os programas de refeições escolares e implementar políticas. A partilha de evidências e experiências pode reforçar os programas em torno de questões fundamentais, incluindo a compra local de pequenos agricultores, os sistemas alimentares das Populações Indígenas, os ambientes escolares saudáveis, a promoção de regimes alimentares saudáveis, as alterações climáticas e as refeições escolares, a educação alimentar e nutricional, a participação social e comunitária, a melhoria das infraestruturas, a participação interinstitucional e intersetorial e outras áreas técnicas.
- Continuar ampliando a afiliação à Coalizão para a Alimentação Escolar na região permitirá que a experiência geral dos programas de refeições escolares da ALC contribua com o debate global, empregando ao mesmo tempo as ferramentas e iniciativas da Coalizão a serviço dos países-membros. Sua inserção no ecossistema regional de plataformas e redes de refeições escolares fortalecerá não apenas as oportunidades de investigação e intercâmbio na região, mas também o intercâmbio de habilidades e práticas da ALC em fóruns e redes globais, incluindo a Coalizão para a Alimentação Escolar e, especialmente, seu Consórcio de Pesquisa.
- Os parceiros e os governos devem gerar, promover e participar em espaços de discussão, tais como eventos e fóruns globais, regionais e sub-regionais, que contribuam para destacar esta área e para o reforço dos programas nacionais de refeições escolares na região. As partes interessadas devem utilizar as plataformas regionais e mundiais para estabelecer parcerias, aprender, defender e dar visibilidade aos esforços regionais.
- As partes interessadas têm de produzir melhores evidências, analisando áreas pouco investigadas e produzindo dados e provas para fundamentar políticas e programas mais sólidos e fazer melhores investimentos.
- Os governos, profissionais, especialistas, parceiros, universidades, sociedade civil e organizações internacionais podem contribuir ativamente para o reforço e sustentabilidade dos programas de refeições escolares que respondem aos seus respectivos objetivos nacionais.

### Capítulo 3

## Promover a integração dos programas de refeições escolares para acelerar a nutrição e o desenvolvimento humano, social e econômico na ALC

Embora a maioria dos governos ofereça refeições escolares juntamente com algumas intervenções complementares de saúde e nutrição, é urgente garantir pacotes integrados que satisfaçam todas as necessidades de saúde e nutrição das crianças para que possam aprender e prosperar. Poucos países investem adequadamente em pacotes integrados de saúde e nutrição, incluídos no investimento multissetorial, por exemplo, em intervenções de saúde que demonstraram apoiar o bem-estar e os resultados acadêmicos das crianças. Este investimento é ainda mais necessário agora, após a pandemia de COVID-19 e a falta de serviços de saúde e de nutrição que afetam as crianças.

- As políticas de refeições escolares devem realçar suas contribuições para os objetivos educativos e garantir que programas multissetoriais sejam oferecidos para ajudar as crianças a se desenvolverem academicamente.
- A maioria dos programas tem ainda um grande potencial para maximizar os seus benefícios, tornando-se mais sensíveis na abordagem da má-nutrição em todas as suas formas. Ao estabelecer objetivos programáticos claros e sistemas sólidos de monitoramento e avaliação, a região pode medir melhor o impacto das intervenções para realizar progressos contra a má-nutrição na América Latina e Caribe.
- O triplo fardo da má-nutrição – atraso no crescimento, obesidade e excesso de peso e deficiências de micronutrientes – exige objetivos específicos e programas baseados em provas de impacto comprovado para a sua prevenção.
- Investir no futuro capital humano da região requer a garantia de refeições escolares e ambientes escolares saudáveis e a utilização desta plataforma para alavancar a saúde integral nas escolas.
- Conscientes da importância de regimes alimentares saudáveis, baseados em sistemas alimentares sustentáveis, vários países empreenderam a tarefa de elaborar orientações alimentares específicas. À medida que outros países da região se juntam a esta iniciativa, é vital promover a adesão dos programas de refeições escolares a estas diretrizes.

### Capítulo 4

## Refeições escolares com compras da agricultura local na América Latina e Caribe: ligação entre os sistemas alimentares locais e as escolas

Os dados disponíveis sugerem que os programas de refeições escolares com compras da agricultura local (HGSF, do inglês Home-Grown School Feeding) podem beneficiar os sistemas alimentares locais, os pequenos agricultores e as comunidades, ao mesmo tempo que promovem melhores hábitos alimentares ao longo da vida entre as crianças em idade escolar e as suas famílias. No entanto, há vários desafios e oportunidades a serem enfrentados para que estas iniciativas maximizem o seu impacto, ganhem escala e sejam sustentáveis, eficientes e eficazes ao longo do tempo.

- É necessário investir na produção de evidências e nos esforços de sensibilização. A falta de provas quantitativas sólidas continua a ser um obstáculo para medir o impacto da HGSF nos sistemas alimentares locais e na saúde e nutrição das crianças em idade escolar. A quantificação destes benefícios é fundamental para informar as melhorias políticas e programáticas necessárias para alcançar uma maior qualidade, sensibilidade à nutrição, boa relação custo-eficácia, e para apoiar os esforços de sensibilização necessários para aumentar o financiamento e alcançar uma maior sustentabilidade. Através da Coalizão para a Alimentação Escolar e do seu Consórcio de Investigação, as partes interessadas na ALC podem partilhar as suas experiências para preencher lacunas de informação a nível mundial.

- São necessários sistemas mais fortes de monitoramento, avaliação e informação, que incluam indicadores específicos da HGSF e estejam integrados nos sistemas nacionais, e que possam acompanhar as aquisições locais, medir os impactos, identificar barreiras e informar os processos de tomada de decisão.
- A coordenação multissetorial deve ser fomentada e as abordagens de HGSF devem ser integradas nas políticas nacionais de sistemas alimentares. Os países devem continuar a adaptar os seus quadros jurídicos e institucionais a favor destas intervenções, estabelecendo uma coordenação multissetorial e expandindo as abordagens que se revelaram bem sucedidas.
- Os parceiros devem continuar a investir na construção de comunidades regionais de prática mais fortes, promovendo o intercâmbio de lições aprendidas e de boas práticas em HGSF, nomeadamente através de plataformas regionais e globais e de comunidades de prática, como a Coalizão para a Alimentação Escolar, bem como através de intercâmbios sul-sul e trilaterais.
- Os produtores locais devem ser mais bem apoiados e o seu acesso aos mercados institucionais deve ser melhorado, a fim de poderem fornecer um abastecimento constante de gêneros alimentícios, mesmo em tempos de crise e em zonas vulneráveis a diferentes tipos de choques. O apoio deve ser institucional, assegurando que os quadros jurídicos e os processos de contratação pública sejam inclusivos e permitam a compra de pequenos produtores, e deve ser técnico, ajudando os agricultores a terem acesso aos insumos de produção necessários, bem como ao crédito, à informação e às competências técnicas e organizacionais.
- Os esforços de HGSF devem ser complementados com intervenções destinadas a desenvolver ambientes alimentares escolares mais saudáveis e a promover mudança de comportamentos. Para ter impacto na saúde e na nutrição das crianças em idade escolar e das suas famílias, e para criar hábitos alimentares melhores e mais nutritivos ao longo da vida, os modelos de HGSF têm de ser complementados com intervenções que promovam o reforço das capacidades e a mudança de comportamentos de forma sustentável. A disponibilização de refeições nutritivas, nomeadamente através da implementação de diretrizes alimentares nacionais, o investimento em intervenções complementares de saúde e nutrição nas escolas, tais como a Comunicação para a Mudança Social e de Comportamento (CMSC), campanhas e iniciativas educativas podem multiplicar os efeitos das iniciativas de HGSF nas crianças em idade escolar e nas suas famílias.
- Os esforços da HGSF devem maximizar os benefícios para mulheres, jovens, grupos Indígenas e Afro-descendentes. Os programas de refeições escolares oferecem uma série de oportunidades para aumentar e consolidar a participação das mulheres agricultoras, bem como dos jovens e dos grupos Indígenas na cadeia de valor escolar. Embora as evidências sejam escassas e seja necessária uma análise mais aprofundada para esclarecer esta área, as lições aprendidas até à data mostram que as oportunidades para mulheres e grupos Indígenas se tornarem fornecedores dos programas nacionais de refeições escolares estão, em grande parte, inexplorados.

Embora cada programa deva conceber as suas estratégias de preparação e resposta de acordo com os seus próprios objetivos, capacidades e cenários de risco, são aqui apresentadas algumas propostas genéricas. Estas propostas resultam das experiências partilhadas no capítulo, bem como da literatura global sobre proteção social sensível a choques. Exigem rubricas orçamentais adequadas, bem como mecanismos de financiamento contingente para períodos de crise.

- A preparação é necessária tanto para garantir a continuidade operacional como para responder a novas necessidades em tempos de crise. Os programas devem desenvolver planos de emergência e mecanismos alternativos de contratação, fornecimento e preparação de alimentos em situações de crise. Estas devem incluir estratégias e protocolos de proteção para a compra local, a fim de evitar a escassez, o aumento dos preços e os efeitos negativos para os produtores locais.
- Para garantir a continuidade operacional dos programas, são necessários protocolos de contingência, modalidades alternativas e mesmo cláusulas contratuais adequadas com os fornecedores e operadores e mecanismos de ajuste orçamental, entre outros.
- Considerar as refeições escolares pela sua capacidade de prestar assistência adicional às crianças em idade escolar (expansão vertical) durante a crise. Uma resposta adicional pode significar o fornecimento de lanches, alimentos ou serviços complementares que satisfaçam as necessidades alimentares, nutricionais e outras que surjam devido à emergência.
- A assistência à população não-escolar (expansão horizontal) é, a priori, mais difícil do que a expansão vertical, mas a região já tem experiências bem sucedidas. A resposta à população não-escolar pode consistir em cestas de alimentos para levar para casa, refeições nas próprias escolas ou assistência através de outros programas, como transferência temporária de estoques de alimentos para respostas humanitárias que auxiliem a população não-escolar. As expansões horizontais implicam igualmente a necessidade de desenvolver um mecanismo de seleção para garantir que a assistência chegue às pessoas mais afetadas pela crise.
- A resposta em matéria de refeições escolares deve ser concebida como parte de uma estratégia global. O papel dos programas de refeições escolares deve fazer parte de uma estratégia mais ampla que inclua outros programas de proteção social e o sistema de proteção civil/resposta a catástrofes, entre outros, dependendo da natureza da crise. Este alinhamento pode ir desde a complementaridade das intervenções (por exemplo, divisão de áreas geográficas, grupos populacionais, tipos de assistência, entre as diferentes respostas) até à partilha de informações, recursos humanos, etc.
- As respostas de emergência devem ser utilizadas para promover a transição para uma proteção social regular. Por vezes, as crises permitem identificar e chegar a pessoas que são elegíveis para diferentes programas de proteção social – incluindo refeições escolares – mas que estão excluídas. A emergência pode ser utilizada como uma oportunidade para ampliar a cobertura dos programas regulares e reduzir os erros de exclusão.
- Em toda a região, devem ser reforçados os mecanismos de controle dos preços dos alimentos, do acesso a regimes alimentares saudáveis e da insegurança alimentar e nutricional. A falta de integração com os setores que dispõem dessa informação constitui um enorme obstáculo à eficácia do verdadeiro papel dos programas de refeições escolares.

Embora existam vários desafios e as experiências positivas continuem a ser limitadas, a região está caminhando em direção a uma abordagem intercultural das refeições escolares. Os programas escolares podem servir como plataformas e pontos de entrada para abordar questões mais amplas relativas ao direito ao autodesenvolvimento, à alimentação e à identidade. Uma abordagem diferenciada é o caminho para alcançar refeições escolares interculturais, mas é necessária uma maior sensibilização em toda a região, desde o nível político até a concepção e implementação dos programas com o envolvimento ativo das Populações e comunidades Indígenas.

- Cardápios que incorporam alimentos e tradições alimentares das Populações Indígenas têm espaço nas refeições escolares.
- A diversidade dos cardápios deve ser acompanhada de diálogo e da participação das Populações Indígenas, incluindo a compra de produtos locais das comunidades.
- É fundamental criar condições para abordagens interculturais em contextos multiculturais, procurando oportunidades para revitalizar os alimentos e as culturas das Populações Indígenas também nas escolas periurbanas e urbanas.
- Permitir processos que contribuam para sociedades interculturais que a) respeitem os princípios do fornecimento de alimentos saudáveis e nutritivos produzidos localmente (no todo ou em parte), b) incentivem sistemas alimentares sustentáveis para a economia local e c) promovam a participação na tomada de decisões.
- As partes interessadas devem influenciar políticas mais inclusivas e interculturais através de processos globais e regionais que sensibilizem e trabalhem em parceria com governos, organizações de Populações Indígenas e vários parceiros e partes interessadas para promover e apoiar uma programação sensível às questões Indígenas.



IDB

**Copyright © 2023 Banco Interamericano de Desenvolvimento.**

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons CC BY 3.0 IGO (<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo/legalcode>). Os termos e condições indicados no link URL devem ser atendidos e o respectivo reconhecimento deve ser concedido ao BID.

Além da seção 8 da licença acima, qualquer mediação relacionada a disputas decorrentes de tal licença deve ser conduzida de acordo com as Regras de Mediação da OMPI. Qualquer controvérsia relacionada ao uso das obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente deverá ser submetida à arbitragem de acordo com as regras da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL). O uso do nome do BID para qualquer finalidade que não seja atribuição e o uso do logotipo do BID estarão sujeitos a um contrato de licença por escrito separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença.

Observe que o link da URL inclui termos e condições que são parte integrante desta licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.



Foto da capa: WFP/Elias Miranda

Em colaboração com:



# Estado da Alimentação Escolar na América Latina e Caribe 2022

---

Esta publicação conjunta do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa Mundial de Alimentos (WFP) apresenta o estado dos programas de refeições escolares na América Latina e Caribe (ALC) em 2022. Em meio aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19 e desafios acumulados, a publicação destaca o papel crítico dos programas de refeições escolares para a região.

A publicação oferece informações abrangentes sobre o estado da alimentação escolar na ALC: escala, cobertura, componentes e impactos, sublinhando a necessidade de alcançar as crianças vulneráveis para prevenir a evasão escolar e promover um desenvolvimento holístico. A publicação enfatiza a importância de integrar intervenções de saúde e nutrição aos programas de refeições escolares através de abordagens multissetoriais.

As principais conclusões indicam que 80,3 milhões de crianças em toda a região receberam refeições escolares em 2022. O compromisso político e o investimento nestas iniciativas são elevados, com pelo menos 19 países possuindo uma política ou legislação específica para refeições escolares ou nutrição escolar. A cobertura varia de 30 a 100% nos países da região. A publicação recomenda o reforço da cobertura e da qualidade dos programas, bem como dos quadros regulamentares, a implementação da aquisição local de alimentos, o investimento em abordagens interculturais e o reforço da colaboração e das parcerias multissetoriais. Além disso, sublinha a importância da preparação para crises nos programas de refeições escolares, que se mostraram resilientes – e indispensáveis – durante a pandemia.

A publicação oferece recomendações específicas para apoiar os países de modo que possam enfrentar os desafios e garantir que os programas de alimentação escolar continuem a contribuir para o desenvolvimento, a educação e o bem-estar geral das crianças.

